

Os Instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica

Fernanda Ribeiro*

Resumo

Partindo da análise de instrumentos de acesso à informação publicados, discute-se o rigor e a fiabilidade que tais instrumentos garantem no que concerne à representação da informação gerada pelas instituições monásticas beneditinas. Propõe-se uma nova abordagem baseada no paradigma científico-informacional que defendemos para a Arquivística, no quadro da Ciência da Informação.

Abstract

Starting from the analysis of published information access tools there is discussed the accuracy and reliability of such tools in what concerns the representation of information produced by the benedictine institutions. A new approach is proposed settled on the scientific-informational paradigm that we defend for Archival Science into the scope of Information Science.

Sendo o nosso colega José Amadeu Coelho Dias, além de Professor Universitário, um membro da comunidade beneditina portuguesa, é com particular carinho que lhe dedicamos este estudo sobre os instrumentos de acesso à informação, relativos às várias casas da Ordem de São Bento em Portugal, conscientes de que esses elementos de referência podem constituir fontes preciosas para o conhecimento das instituições produtoras da informação, ou não fosse o processo informacional sempre um reflexo e uma consequência da acção e da actividade humana e social.

* Professora Auxiliar da Secção de Ciência da Informação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

1. A imagem institucional das ordens beneditinas à luz dos instrumentos de acesso à informação publicados

Ao longo do tempo, a produção de instrumentos de controlo, acesso e recuperação de informação constituiu sempre a expressão de uma necessidade. A informação produz-se no decurso da acção do Homem em sociedade, regista-se num suporte material externo ao seu produtor para mais facilmente poder ser usada (o registo da informação num suporte é uma garantia mais fiável da sua perdurabilidade) e conserva-se em condições adequadas ao seu uso recorrente. Mas, não basta proceder ao registo num suporte material nem propiciar condições adequadas de conservação para garantir o acesso e a recuperação da informação. É também indispensável organizá-la e criar formas de a representar que sirvam de elos de intermediação entre o(s) seu(s) produtor(es) e o(s) utilizador(es). Esses meios de comunicação da informação recebem o nome técnico de “índices” ou, numa terminologia mais actual “instrumentos de acesso à informação”¹.

Em trabalho de investigação desenvolvido há já alguns anos referenciámos os instrumentos de acesso à informação de institutos religiosos e de ordens militares publicados em Portugal e procedemos a uma análise da sua tipologia, estrutura interna e elementos informacionais, nomeadamente aqueles que constituem ponto de acesso à informação². Partindo dessa recolha de informação, seleccionámos para este artigo, apenas os instrumentos de acesso respeitantes às instituições monásticas beneditinas, que se contabilizam em trinta e três casas masculinas³ e em dezasseis casas femininas. Os quadros que se seguem enumeram, alfabeticamente, as instituições consideradas na análise e as entidades detentoras que, actualmente, custodiam a respectiva documentação:

¹ Sobre a evolução dos instrumentos de acesso à informação e a terminologia aplicável a este assunto, ver: RIBEIRO, Fernanda - *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003. ISBN 972-31-1017-2. vol. 2.

Dissertação de doutoramento. Também disponível em: <http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm>

² Ver: Ribeiro, Fernanda – *O Acesso à informação...* (*ob. cit.*) vol. 2, anexo 3, quadro 9, p. 1.197-1.267.

³ Além das casas monásticas, incluímos também neste grupo o Colégio de São Bento, de Coimbra.

Casas monásticas masculinas	Entidades detentoras da documentação
Colégio de São Bento (Coimbra)	ADB / AUC / BN / IAN-TT
Convento de São João (Foz do Douro – Porto)	IAN-TT
Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição (Monção)	ADB
Mosteiro de Santa Maria (Carvoeiro – Viana do Castelo)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de Santa Maria (Miranda – Arcos de Valdevez)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de Santa Maria (Pombeiro – Felgueiras)	ADB / ADP / IAN-TT
Mosteiro de Santo André (Rendufe – Amares)	ADB
Mosteiro de Santo Tirso	ADP / AUC / CMPF / IAN-TT
Mosteiro de São Bento (Barcelos)	ADB
Mosteiro de São Bento (Lisboa)	IAN-TT
Mosteiro de São Bento (Murça)	ADB
Mosteiro de São Bento (Santarém)	IAN-TT
Mosteiro de São Bento (Viana do Castelo)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Bento da Vitória (Porto)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Fins (Valença)	ADB
Mosteiro de São João Baptista (Cabanas – Caminha)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São João Baptista (Alpendurada – Marco de Canaveses)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São João Baptista (Arnóia – Celorico de Basto)	ADB
Mosteiro de São Mamede (Lorvão – Penacova)	IAN-TT
Mosteiro de São Martinho (Couto de Cucujães – Oliveira de Azeméis)	AUC / BN / IAN-TT
Mosteiro de São Martinho (Tibães – Braga)	ADB / ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Miguel (Bustelo – Penafiel)	ADP
Mosteiro de São Miguel (Refojos de Basto – Cabeceiras de Basto)	ADB
Mosteiro de São Pedro (Cête – Paredes)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Pedro (Pedroso – Vila Nova de Gaia)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Romão (Neiva – Viana do Castelo)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Ganfei – Valença)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Paço de Sousa – Penafiel)	ADB / ADP / AMP / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Palme – Barcelos)	ADB

Mosteiro de São Salvador (Torre – Viana do Castelo)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Travanca – Amarante)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Vilar de Frades – Barcelos)	IAN-TT
Mosteiro de Vandoma (Paredes)	ADP

Casas monásticas femininas	Entidades detentoras da documentação
Mosteiro de Jesus (Viseu)	ADV / IAN-TT
Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção (Semide – Miranda do Corvo)	ADB / AUC / IAN-TT
Mosteiro de Nossa Senhora da Purificação (Moimenta da Beira)	ADV
Mosteiro de Santa Ana (Viana do Castelo)	ADB
Mosteiro de Santa Eufémia (Ferreira das Aves – Sátão)	ADV / IAN-TT
Mosteiro de Santa Maria (Taruquela – Cinfães)	IAN-TT
Mosteiro de Santa Maria (Valboa – Vila nova de Cerveira)	ADB
Mosteiro de Santa Marinha (Loivo – Vila Nova de Cerveira)	ADB
Mosteiro de São Bento (Bragança)	ADBG / IAN-TT
Mosteiro de São Bento de Avé Maria (Porto)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Cristóvão (Rio Tinto)	IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Braga)	ADB / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Tuíás – Marco de Canaveses)	IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Vairão – Vila do Conde)	ADP / IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Vila Cova de Sandim – Vila Nova de Gaia)	IAN-TT
Mosteiro de São Salvador (Vitorino das Donas – Ponte de Lima)	ADB

Siglas usadas nos quadros:

ADB – Arquivo Distrital de Braga
ADBG – Arquivo Distrital de Bragança
ADP – Arquivo Distrital do Porto
ADV – Arquivo Distrital de Viseu
AMP – Arquivo Municipal de Penafiel

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra
BN – Biblioteca Nacional
CMPF – Câmara Municipal de Paços de Ferreira
IAN-TT – Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo

Os instrumentos de acesso à informação relativos às instituições beneditinas referenciadas são diversos (**ver Anexo**) e dizem respeito, como se pode ver nos quadros acima, à documentação custodiada por cerca de uma dezena de entidades.

O facto de encontrarmos esta documentação dispersa por diversos organismos é, desde logo, um factor que condiciona o conhecimento que é possível produzir em torno dos sistemas de informação das casas beneditinas⁴. É óbvio que esta dispersão é fruto do acidentado processo de nacionalizações que ocorreu após a Revolução Liberal de 1820, mas a verdade é que, até aos dias de hoje, os esforços para a reconstituição intelectual (pese embora a dispersão física) da realidade informacional de cada casa monástica ainda não lograram atingir os resultados desejáveis. Mas, a divisão de um mesmo sistema de informação em conjuntos documentais parcelares, que vieram a ser incorporados em distintos arquivos e/ou bibliotecas de tutela estatal, ocasionou uma perda de inteligibilidade do todo e o tratamento técnico a que cada uma das parcelas foi sujeita descurou a visão global, imprescindível a um conhecimento rigoroso dessas realidades informacionais⁵. A grande maioria das ordens monásticas (beneditinas e de outras congregações) viu o seu acervo documental ser repartido, pelo menos, entre a Torre do Tombo e o arquivo distrital ou outra instituição da zona geográfica onde a casa monástica estava sedeada, como é possível verificar nos quadros apresentados. O facto de cada entidade detentora, na linha da Arquivística tradicional, considerar como um “fundo” autónomo a parte do acervo que tem à sua guarda, conduz a que a organização e a representação desse “pedaço” informacional não levem em linha de conta as outras partes do mesmo sistema de informação. Nesta perspectiva, não é de admirar que os instrumentos de acesso elaborados consumem e consagram esta visão parcelar e desviante. Não é raro encontrarmos dois, ou mais, instrumentos de acesso à informação respeitantes ao acervo da mesma casa monástica que ignoram, em absoluto, partes do mesmo sistema de informação custodiadas por uma instituição diferente. Além disso, a

⁴ Esta situação não é, de modo algum, exclusiva das instituições beneditinas, mas verifica-se na generalidade das ordens monásticas.

⁵ Sobre o complexo processo de nacionalizações e posterior integração em serviços estatais da documentação proveniente das “livrarias” das ordens monásticas extintas em 1834, é de extrema utilidade a leitura da notável tese de mestrado de Paulo Barata, publicada em 2003 e vencedora do Prémio Raul Proença da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, em 2001: BARATA, Paulo J. S. – *Os Livros e o Liberalismo : da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 2003. ISBN 972-565-368-8. Pena é que idêntico estudo de síntese não tenha ainda sido produzido em relação aos acervos das ordens monásticas integrados no Arquivo da Torre do Tombo, nos arquivos distritais e em outros serviços públicos de arquivo.

pobreza na representação da realidade informacional, que a generalidade dos instrumentos de acesso à informação evidencia, é também um factor que condiciona grandemente o conhecimento das entidades produtoras da informação.

Tendo em conta, novamente, os vinte instrumentos de acesso à informação publicados, que vão referenciados em Anexo, verificamos que onze são *guias de arquivos*, ou seja, instrumentos que têm por função dar uma visão panorâmica do sistema de informação não descendo até à descrição das unidades informacionais. A partir destes instrumentos não ficamos a conhecer praticamente nada sobre as entidades produtoras da informação e/ou sua estrutura orgânico-funcional, mas tão só onde se conserva a documentação, nem sempre em condições de ser devidamente consultada, desde logo por falta de instrumentos para o efeito.

Dos restantes nove instrumentos de acesso, temos seis *inventários*, duas *listas de incorporação* e um *catálogo*, tipologias que pressupõem uma descrição mais pormenorizada das séries e dos documentos. Porém, não basta descrever as unidades documentais com pormenor. Importa, sim, perceber como se contextualizam, quem as produziu, em consequência de que funções e/ou actividades, enfim, perceber o sentido que a informação tem no seu contexto orgânico. E isto está omisso em praticamente todos os instrumentos de acesso, pelo simples facto de que o critério para organização/ordenação das unidades de descrição é alfabético, topográfico ou mesmo inexistente (ou impossível de determinar). Uma sucessão alfabética, cronológica ou topográfica de descrições de documentos não diz nada sobre o respectivo contexto de produção. Um único inventário obedece a uma estruturação sistemática⁶, mas, apesar de fornecer informação muito relevante sobre cada uma das instituições monásticas produtoras da informação, não apresenta um estudo orgânico-funcional individualizado, o que limita a descrição da informação.

O retrato desfocado, impreciso ou mesmo ininteligível que os instrumentos de acesso à informação analisados nos fornecem das instituições beneditinas em apreço tem de ser percebido no âmbito da visão paradigmática que enformou (e continua a enformar) a Arquivística tradicional. Não seria correcto, nem justo, dizer que tudo o que se fez é desprezível e que tudo terá de ser refeito. Mas não podemos deixar de afirmar que, no que toca às instituições monásticas, em geral, e às beneditinas, em particular, se

⁶ Ver Anexo, referência nº 1.

fez muito pouco. As instituições estatais têm, sob a sua responsabilidade, há mais de um século e meio, acervos documentais valiosos, volumosos e importantíssimos para o conhecimento institucional das ordens monásticas, mas o descuido, para não dizer a incúria, foi, durante muito tempo, a nota dominante.

A base de informação que utilizámos até este momento congrega instrumentos de acesso publicados entre 1920 e 1996, embora um deles tenha sido produzido no século XVIII (1798)⁷ e outro no século XIX (1870)⁸. Posteriormente a 1996, não conhecemos quaisquer outros instrumentos de acesso à informação, a não ser o Inventário das ordens monástico-conventuais, produzido sob a coordenação do Prof. Doutor José Mattoso e da Dr^a Maria do Carmo Farinha e editado, em 2002, pelo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo⁹. Este inventário inclui diversas ordens, entre as quais se conta a Ordem de São Bento, que aqui nos ocupa particularmente¹⁰. É, sem dúvida, o mais completo e melhor organizado instrumento de acesso à informação que possuímos para as instituições beneditinas. Na “introdução”, José Mattoso explica as vicissitudes que a documentação sofreu desde a extinção das ordens monásticas masculinas em 1834 e refere a “disparidade de critérios” a que esteve sujeita a sua organização na Torre do Tombo, ao longo do tempo. Segundo Mattoso, “de uma maneira geral, a documentação monástica e conventual das primeiras

⁷ Ver Anexo, referência nº 16.

⁸ Ver Anexo, referência nº 13.

⁹ *Inventário : ordens monástico-conventuais : Ordem de São Bento, Ordem do Carmo, Ordem dos Carmelitas Descalços, Ordem dos Frades Menores, Ordem da Conceição de Maria*. Coord. José Mattoso, Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha. Lisboa : Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Direcção dos Serviços de Arquivística, 2002. ISBN 972-8107-63-3.

¹⁰ Relativamente à Ordem de São Bento, este inventário contempla as seguintes casas monásticas: Colégio de São Bento de Coimbra, Colégio de Nossa Senhora da Estrela de Lisboa, Mosteiro do Bom Jesus de Viseu, Mosteiro de Nossa Senhora da Purificação de Moimenta da Beira, Mosteiro do Salvador de Braga, Mosteiro do Salvador de Ganfei, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, Mosteiro do Salvador de Travanca, Mosteiro do Salvador de Tuíás, Mosteiro do Salvador de Vairão, Mosteiro do Salvador de Vila Cova de Sandim, Mosteiro de Sanfins de Friestas, Mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves, Mosteiro de Santa Maria do Carvoeiro, Mosteiro de Santa Maria de Miranda, Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, Mosteiro de Santa Maria de Semide, Mosteiro de Santa Maria de Tarouquela, Mosteiro de Santo Tirso, Mosteiro de São Bento da Avé-Maria do Porto, Mosteiro de São Bento de Bragança, Mosteiro de São Bento de Lisboa, Mosteiro de São Bento de Santarém, Mosteiro de São Bento de Viana do Castelo, Mosteiro de São Bento da Vitória do Porto, Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, Mosteiro de São João Baptista de Arnóia, Mosteiro de São João Baptista da Pendorada, Mosteiro de São João de Cabanas, Mosteiro de São Martinho de Cocujães, Mosteiro de São Martinho de Tibães, Mosteiro de São Pedro de Cete, Mosteiro de São Pedro de Pedroso e Mosteiro de São Romão de Neiva.

incorporações mantinha a designação dos fundos de onde provinha. Mas as incorporações posteriores foram, muitas vezes, colocadas noutros locais, umas vezes com remissivas para os fundos primitivos, outras dando origem a colecções como aconteceu, por exemplo com os “Conventos de Viana” ou a “Colecção Especial”. A falta de lógica destas arrumações levou desde cedo a várias tentativas de reconstituição dos fundos monásticos”¹¹. Rui de Azevedo, cerca de 1940, e o próprio José Mattoso, em 1967, procuraram intervir no caos que se gerara e reconstituir a ordem original da documentação. Contudo, Rui de Azevedo “limitou-se a separar os documentos em pergaminho por proveniência, e, dentro de cada fundo, a ordená-los cronologicamente, cuidando apenas de arrumar os mais antigos, anteriores ao fim do século XII, e deixando para mais tarde a ordenação dos restantes”¹².

José Mattoso interveio apenas nos documentos dos mosteiros beneditinos e o que fez, à época, foi condicionado pela organização (ou desorganização) física existente. Ele mesmo nos diz que “não podendo pôr em causa a arrumação encontrada, limitei-me a agrupar os documentos por fundos de proveniência, a manter ou a completar a ordenação dos pergaminhos por maços e ordem cronológica e a tentar a reconstituição de séries de documentos em papel (obviamente da época moderna), ordenando estas séries numa sequência alfabética da sua designação”¹³.

Os trabalhos técnicos que depois foram levados a cabo na Torre do Tombo não contribuíram para a produção de instrumentos de acesso nem para uma organização rigorosa e correcta desta documentação. José Mattoso, seguindo os princípios pragmáticos da Arquivística tradicional, reconhece que eles não foram minimamente aplicados, afirmando mesmo que “o princípio fundamental da arquivística – princípio da proveniência – tinha, assim, sido mal interpretado”¹⁴.

A reorganização dada ao acervo das ordens monásticas com vista à produção de instrumentos de pesquisa, após o momento em que José Mattoso assumiu a direcção da Torre do Tombo, assentou em premissas bastante inovadoras face ao que até então havia sido feito, como ele próprio explica na obra que estamos a citar. O simples facto de ter sido abandonada a arrumação geográfica por nomes de localidades e ter sido adoptada “a arrumação própria da organização canónica, por ordens religiosas”, - critério que,

¹¹ *Inventário : ordens monástico conventuais... (op. cit.)* p. XV.

¹² *Idem, ibidem.*

¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁴ *Inventário : ordens monástico conventuais... (op. cit.)* p. XVI.

hoje, parece ser elementar - foi um passo decisivo para a reconstituição destes sistemas de informação. Depois, todos os critérios seguidos e devidamente explicitados por José Mattoso permitem perceber, não só as dificuldades encontradas (algumas irresolúveis) em face da desestruturação dos acervos, como também as soluções adoptadas dentro de um paradigma da Arquivística, baseado na clássica noção de “fundo”. À luz desta visão tradicional é, sem dúvida, um trabalho exemplar que, por ter sido orientado por um conhecedor da realidade institucional das ordens monásticas, conseguiu representar de forma aprofundada a realidade informacional. Tem, a nosso ver, ainda algumas limitações, decorrentes do paradigma da Arquivística em que assenta, as quais procuraremos enunciar no ponto seguinte, partindo de uma outra abordagem teórico-epistemológica.

2. Uma outra perspectiva de abordagem baseada num novo paradigma

Não cabe neste texto a explicitação dos fundamentos teórico-epistemológicos que suportam o novo paradigma científico-informacional em que se inscreve a Arquivística, vista como uma disciplina aplicada do campo da Ciência da Informação¹⁵. Porém, em traços gerais, importa apontar os pilares essenciais que dão suporte a uma nova perspectiva: a assunção da *Informação*¹⁶, e não do “documento”, como objecto de trabalho e de estudo, a adopção do método de investigação quadripolar, desenvolvido no âmbito das Ciências Sociais, e a preferência pela Teoria Sistémica, como ferramenta

¹⁵ Sobre este assunto, tem sido já produzida literatura em quantidade significativa, para a qual remetemos o leitor: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] – *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998. ISBN 972-36-0483-3 (2ª ed. 2002); RIBEIRO, Fernanda; FERNANDES, Maria Eugénia Matos – *Universidade do Porto : estudo orgânico-funcional : modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Colab. Rute Reimão. Porto : Reitoria da Universidade, 2001. ISBN 972-8025-12-2; RIBEIRO, Fernanda – *Archival Science and changes in the paradigm. Archival Science : international journal on recorded information*. Dordrecht [etc.]. ISSN 1389-0166. 1:3 (2001) 295-310; SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação : ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto : Edições Afrontamento, 2002. ISBN 972-36-0622-4; RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos (op. cit.)*; FERNANDES, Daniela Teixeira – *Pedra a pedra : estudo sistémico de um arquivo empresarial*. Lisboa : Gabinete de Estudos a&b, 2004. ISBN 972-98827-2-X.

¹⁶ Só a título de recordatória, pois está publicada em diversos textos, enunciemos a definição de Informação de que partimos: “conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada” (cf. SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das "Ciências" Documentais à Ciência da Informação... (op. cit.)* p. 37).

interpretativa e de referência para todo e qualquer estudo de cariz científico (puro ou aplicado).

As bases fundamentais do paradigma emergente da Ciência da Informação têm, necessariamente, várias implicações no desenvolvimento dos estudos e dos trabalhos técnicos no domínio da Arquivística. Vejamos aquelas que mais directamente se prendem com a elaboração dos instrumentos de acesso à informação, entendidos como produtos que representam o corolário de um trabalho de investigação aplicada, que não pode deixar de reportar-se a teorias e modelos interpretativos e de se guiar por um método adequado, para poder reclamar-se de alguma cientificidade:

a) Eleger a *Informação* (entendida sistemicamente) como objecto de trabalho e de estudo obriga a olhar este fenómeno de uma forma completamente diferente do que até agora tem sido feito com o Documento (unidade física que se classifica, se descreve e se arruma, atribuindo-se-lhe uma cota para posterior localização). Perceber a informação implica, antes de mais, conhecer o seu contexto de produção, o que é algo anterior ao seu registo material num suporte físico. E implica também conhecer o uso que foi ou é dado a essa informação, ou seja, quem são os seus utilizadores, com que fim a usam, como a pesquisam, com que frequência, etc.

b) Assumir o Arquivo como sistema de informação obriga a definir com rigor os limites da estrutura desse sistema, as suas relações com outros elementos do mesmo universo sistémico, a determinar a existência (ou não) de subsistemas e, concomitantemente, a identificar as funções desempenhadas pelas diversas componentes do sistema.

c) Entender o trabalho arquivístico como um processo investigativo que visa conhecer e representar com rigor a realidade informacional em análise tem, igualmente, consequências várias, pois o arquivista deixa de actuar como um simples técnico que aplica normas e procedimentos uniformes com vista à produção de instrumentos para viabilizar o acesso à informação, mais os menos *standard*, para assumir o papel do cientista da informação que apresenta resultados validados por uma metodologia

científica e que questiona (problematiza, formula hipóteses) a própria actuação sempre em referência a paradigmas e teorias que estão em permanente validação (ou revisão).

d) Aplicar o método de investigação quadripolar relevando as suas operações maiores¹⁷ põe a tónica na análise orgânico-funcional, requisito indispensável para se chegar a um conhecimento rigoroso da estrutura do sistema e das funções/competências dos variados sectores que compõem essa mesma estrutura, pois só assim é possível caracterizar com rigor o contexto de produção da realidade informacional em análise; muitas vezes, esta análise carece de ser feita em diacronia para uma correcta compreensão das alterações da estrutura e das funções que geraram a informação ao longo do tempo.

e) Procurar conhecer as relações sistémicas internas e externas e seu reflexo na produção informacional obriga a uma investigação sistemática para se chegar à identificação de eventuais subsistemas de informação ou para perceber as relações entre, por exemplo, os vários sistemas que formam, entre si, um supersistema de informação.

f) Analisar toda a componente funcional do sistema leva a que, determinadas operações tenham de ser implementadas como medidas “profiláticas” regulares destinadas a otimizar o funcionamento do próprio sistema de informação; conta-se, neste caso, por exemplo, a avaliação retro/prospectiva, operação fundamental que permite detectar redundâncias e “desperdícios” informacionais.

g) Entender a descrição como o resultado natural de todo o processo de conhecimento desencadeado a montante e não com o objectivo redutor de proporcionar o acesso pelo acesso à informação é também fundamental para que os instrumentos de pesquisa produzidos garantam uma representação adequada da realidade informacional objecto de análise.

¹⁷ No conjunto das operações metodológicas assumem particular relevância a observação directa e indirecta (de casos ou de variáveis/problemas), a experimentação e a análise/avaliação retrospectiva e prospectiva.

h) Em suma, chegar a resultados do trabalho arquivístico mais rigorosos, consistentes e eficazes é, sem dúvida, uma forma de contribuir para a produção de um conhecimento científico, passível, obviamente, de aperfeiçoamentos teóricos, mas plasmado, de forma útil, em aplicações práticas.

De acordo com o enunciado de questões que acabámos de mencionar em relação com a nova perspectiva que defendemos para a Arquivística, é evidente que a produção de instrumentos de acesso à informação sofreria os efeitos dessa diferente abordagem. Voltando a considerar o Inventário das ordens monástico / conventuais, coordenado por José Mattoso e Maria do Carmo Farinha vejamos como seria distinto o método seguido para a apreensão da realidade informacional, tendo como referência, sempre, a definição de *Informação* e a Teoria Sistémica como “ferramenta” interpretativa.

Procurando seguir os elementos descritivos preconizados na Norma internacional ISAD(G)¹⁸, o inventário está organizado por “fundos” e “subfundos” e dentro de cada um destes conjuntos documentais são apresentadas as diversas séries (e, em alguns casos, agrupamentos documentais designados por “coleção”¹⁹). A descrição de cada “fundo” é iniciada pela sua “história” (institucional) e respectiva “história custodial”.

Não é a terminologia “fundo” e “subfundo” que constitui maior problema, pois se esses termos pudessem ser substituídos pelas designações “sistema” e “subsistema” a questão estaria resolvida facilmente. Mas, a verdade é que a montante dos termos estão os conceitos e, de facto, a noção de sistema é completamente distinta da de “fundo”, razão pela qual não é possível a substituição pura e simples. O “sistema” implica uma estrutura, uma funcionalidade e uma dinâmica de relações entre as componentes internas e outras estruturas externas, o que nos remete para a ideia de complexidade e de abordagem holística. O “fundo” é nada mais que um conjunto (estático) de documentos com uma proveniência única, o que, como conceito operativo numa lógica científico-informacional, não funciona.

Embora os elementos de carácter histórico apresentados no inventário sejam fundamentais para se perceber o contexto institucional de produção da informação, não

¹⁸ INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. Committee on Descriptive Standards – *ISAD(G): General International Standard Archival Description*. 2nd ed. Madrid : I. C. A., 2000.

¹⁹ Identificados, no inventário, com a sigla “Col. SR”.

são, de modo algum, suficientes, pois em nada contribuem para o conhecimento da estrutura orgânico-funcional de cada uma das casas monásticas produtoras de informação. Olhando para o elenco de séries apresentado somos levados a pensar que o seu organismo produtor funcionava como uma única “célula” (constituindo, por isso, aquilo que designamos por “sistema de informação unicelular”²⁰), sem quaisquer divisões internas. Mas, seria assim? Não havia um sector administrativo, um cartório, uma mesa abacial, enfim, diferentes sectores orgânicos no interior do sistema institucional, os quais, cada um de *per se*, produziram informação de acordo com a sua acção e as suas competências funcionais? A lógica documental e descritiva da Arquivística tradicional não tem, em devida conta, o contexto orgânico-funcional gerador da informação e, por isso, a representação da mesma é pouco mais do que uma lista de séries e documentos.

Segundo José Mattoso, a reconstituição da “arrumação que [os documentos] tinham no cartório”, raramente foi possível, não só por falta de um “índice do cartório”, mas também porque, mesmo existindo o índice, se tornou difícil a reconstituição completa da ordenação dos documentos, com base nas respectivas cotas²¹. Estes problemas são, evidentemente, constrangimentos difíceis de superar e, como tal, condicionam a representação da informação. Mas isso não deverá ser razão para se criarem agrupamentos fictícios com a designação de “colecção”, já que este termo está normalmente associado à ideia de uma reunião aleatória de documentos que, aparentemente, nada têm de “orgânico” entre si. Num sistema de informação não há este tipo de “colecções”, nem agrupamentos documentais aleatórios. Poderá, sim, haver dificuldades de compreensão do “sentido” da informação ou, as mais das vezes, limitações de ordem prática resultantes do volume de informação que importa analisar. Mas a aleatoriedade, em nossa opinião, é incompatível com a noção de sistema de informação.

Uma outra limitação que consideramos significativa no referido inventário é a da reduzidíssima menção a outras parcelas dos arquivos descritos, custodiadas por diferentes entidades detentoras. É óbvio que este é o inventário da documentação monástica existente na Torre do Tombo e não tem por função recensear a totalidade dos

²⁰ Sobre a classificação dos arquivos, enquanto sistemas de informação, ver: SILVA, Armando Malheiro da [et al.] - *Arquivística : teoria e prática de uma ciência da informação*. 2ª ed. Porto : Edições Afrontamento, 2002. cap. 3, p. 214-217.

²¹ Cf.: *Inventário : ordens monástico conventuais...* (*op. cit.*) p. XVII-XVIII.

acervos das ordens monásticas. Mas, numa perspectiva sistémica, a abordagem holística não poderia ser descurada e, por isso, seria fundamental fazer “pontes” com as outras partes do mesmo sistema de informação. Embora na “história” do “grupo de fundos” Ordem de São Bento, sejam dadas algumas indicações sobre outras entidades que custodiam “documentação de mosteiros e conventos”²², essas indicações são minimalistas e não houve sequer a preocupação de analisar os instrumentos de acesso à informação existentes para perceber a natureza da relação entre os acervos da Torre do Tombo e os que se conservam em outras instituições. Esta visão redutora é uma das consequências da aplicação do conceito de “fundo” que, numa lógica informacional, deverá ser totalmente superada.

Apesar de se antever para os arquivistas uma tarefa árdua e cheia de sombras e nebulosas, confiamos que os novos profissionais da informação, treinados já com as bases teórico-práticas da Ciência da Informação, possam contribuir para trazer alguma luz a esse terreno sombrio e ajudem a construir instrumentos de acesso à informação que, por serem mais rigorosos e mais fidedignos nas suas representações, também sejam mais úteis aos investigadores que se interessam pelo passado das ordens monástico-conventuais, com especial relevo, para as beneditinas, que aqui nos mereceram particular atenção.

²² Cf.: *Inventário : ordens monástico conventuais...* (op. cit.) p. 3-4.

ANEXO

Instrumentos de acesso à informação – referências bibliográficas

- 1 - ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando B. Malheiro da – *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga : Arquivo Distrital, Universidade do Minho, 1985.
Sep. de: *Itinerarium*. Lisboa. ISSN 0021-3209. 31:121/122 (1985).
- 2 - ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO – *Guia do Arquivo Distrital do Porto : uma experiência de tratamento documental, 1990/92*. Porto : A. D. P., 1993. ISBN 972-95798-3-0.
- 3 - ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – Guia do Arquivo da Universidade de Coimbra. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. 1 (1973) 83-175.
- 4 - Arquivos Distritais : estado das incorporações no primeiro trimestre de 1937. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa. 2.^a série. 12:47/48 (Jan.-Jun. 1937) 113-136.
- 5 - BAIÃO, António – O Arquivo Nacional da Torre do Tombo. In *Portugal : Exposição Portuguesa em Sevilha*. Lisboa : Imprensa Nacional, 1929.
- 6 - BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA – [Guia]. Bragança : B. P. A. D. B., 1987.
Guia sucinto, desdobrável.
- 7 - ERDMANN, Carl – *Papsturkunden in Portugal*. Berlin : Weidmannsche Buchhandlung, 1927.
- 8 - FEIO, Alberto – O Arquivo Distrital de Braga : notas histórico-descritivas. *Boletim da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*. Braga. 1 (1920) 77-116.
- 9 - FIGUEIREDO, António Mesquita de – *Arquivo Nacional da Torre do Tombo : roteiro prático*. Lisboa : Livraria Universal, 1922.
- 10 - INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO – *Guia preliminar dos fundos de arquivo da Biblioteca Nacional*. Introd. e org. de Lúcia de Azevedo Martins [et al.]. Lisboa : I. B. N. L., 1994. ISBN 972-565-141-3.
- 11 - INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Roteiro das bibliotecas e arquivos dependentes administrativamente do Instituto Português do Património Cultural*. Org. de Maria Teresa Araújo de Andrade Cardoso. 2.^a ed. rev. e actualizada. Lisboa : I. P. P. C., Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação, 1987.

- 12 - INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação – *Roteiro das bibliotecas e arquivos dependentes administrativamente do Instituto Português do Património Cultural*. Lisboa : I. P. P. C., 1984.
- 13 - LACERDA, Silvestre de Almeida – *Nota para o estudo da documentação do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa*. [Penafiel : Câmara Municipal, 1992].
Sep. de: *Penafiel : Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel. 3.ª série. 6/7 (1991-1992).
- 14 - MATOSO, José – Documentos beneditinos da Torre do Tombo. *Lusitania Sacra*. Lisboa. 8 (1967-1969) 223-305.
- 15 - MATOSO, José – *Inventário dos fundos de antigos mosteiros beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga : nota explicativa*. Braga : [s.n.], 1967.
Sep. de: *Bracara Augusta*. Braga. 20:45/46.
- 16 - MEIRELES, António da Assunção – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & index dos documentos do arquivo*. Publ. e pref. por Alfredo Pimenta. Lisboa : Academia Portuguesa da História, 1942. p. 211-395.
- 17 - NEVES, Francisco Ferreira – A Criação do Arquivo Distrital de Aveiro : relação de documentos de alguns conventos suprimidos em 1834 e da Casa e Ducado de Aveiro. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Aveiro. 163 (Jul.- Set. 1975) 161-193.
- 18 - *Recenseamento dos arquivos locais : Câmaras Municipais e Misericórdias. Vol. 2 - Distrito do Porto*. Coord. Maria João Pires de Lima. [Lisboa] : Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1996. ISBN 972-8107-24-2.
Colab.: Carlos Manuel Ferreira Tavares, *et. al.*
- 19 - SOUSA, Fernando de [et al.] – *Arquivo Municipal de Penafiel*. Penafiel : [Câmara Municipal?], 1989.
Co-autores: Gaspar Martins Pereira, Jorge Alves e Jorge Ribeiro.
- 20 - VALE, Alexandre de Lucena e – O Arquivo Distrital de Viseu e o seu recheio documental. *Beira Alta*. Viseu. 9:3 (3.º trim. 1950) 189-202.